

08 de janeiro de 2023: as dimensões de uma insurreição fascista à brasileira

Janaína de Oliveira Souza¹

“8 de janeiro de 2023. Palácio do Planalto. 18:00. A devastação era total”; é com esse excerto que Wadih Damous, então Secretário Nacional do Consumidor, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública inicia a apresentação da obra *Como (não) fazer um golpe de Estado no Brasil: uma história interna do 8 de janeiro de 2023*, escrita pelos historiadores Francisco Carlos Teixeira da Silva e Karl Schurster Sousa Leão. Lançado no presente ano, ainda no enevoar dos acontecimentos por ele elucidado, o livro se apresenta como um fornecedor de fontes, documentos e análises acerca do fortalecimento da extrema direita brasileira e sua incorporação no âmbito da política nacional, que a partir de métodos insurrecionais acabaram por perpetrar o fracassado golpe do 8 de janeiro.

No tocante aos autores, Francisco Carlos Teixeira é professor titular de História Moderna e Contemporânea (UFRJ), professor emérito da Escola de Comando e Estado-Maior (Eceme), professor titular de História Agrária (CPDA/UFRRJ) e professor titular de Teoria Social (UFJF). Karl Schurster, é professor visitante do Programa Maria Zambrano de Talento Internacional na Universidade de Vigo, Espanha, possuindo também, livre docente em História pela Universidade de Pernambuco. Ambos são autores dos livros *Passageiros da Tempestade. Fascistas e Negacionistas no Tempo Presente* (CEPE, 2022), do *Novo Dicionário Crítico do Pensamento das Direitas* (EDUPE, 2023) e de *A República Sitiada* (CEPE, 2023) em que pleiteiam os pormenores dessas temáticas atrelados ao campo da História do Tempo Presente.

Ante o objetivo de esmiuçar as engrenagens da insurreição fascista do 8 de janeiro, a obra apresenta 15 capítulos nos quais os autores localizam e entrecruzam as permanências e rupturas históricas do fascismo no passado e no presente. O primeiro capítulo, titulado de *À Guisa do Quadro Teórico*, alude aos fundamentos utilizados para construção da narrativa. Nele, é evidenciado que o material é fruto de cooperações anteriores entre a Universidade de Vigo, a UFRJ e UFJF, como também de pesquisas acerca da Defesa e de Assuntos Militares. No que tange as fontes, são utilizados a abundância de instrumentos das redes sociais, canais de comunicação e outras plataformas, além de se valerem da experiência profissional dos autores no âmbito do Ministério de Defesa (no GSI/Gabinete de Segurança Institucional, na Funai), em conversas com autoridades do Ministério da Justiça, Presidência da República e da Abin/Agência Brasileira de Inteligência, que acabaram por fornecer acesso a informações e dados necessários para desenvolvimento da pesquisa.

Tempos Históricos, Memória e História do Tempo Presente: o método, capítulo dois da obra, discorre o concernente as metodologias empregadas no desenvolvimento do livro, chamando atenção para a ascensão da extrema direita ou mesmo dos (neo)fascismos ao longo da segunda década do século XXI e suas inspirações nos regimes fascistas históricos do século XX, gerando, assim, a necessidade de meios políticos e acadêmicos retomarem o debate sobre os fascismos e sua historicidade.

É nessa premissa que o viés da História do Tempo Presente é listado como substancial na análise desses domínios. Visto que, por meio de uma aplicação rigorosa desses métodos, visa elucidar a relação passado/presente, entendendo-as inseridas em um contexto de longa duração que acaba por intervir em práticas sociais, políticas e mentais das sociedades, reafirmando, desse modo, a necessidade de pensar os processos, profundidades e percepções históricas no curso do Tempo

08 DE JANEIRO DE 2023: AS DIMENSÕES DE UMA INSURREIÇÃO FASCISTA À
BRASILEIRA
SOUZA, J. O.

Presente, envolvendo-os em tempos múltiplos e cruzados para ponderar esses fascismos em “enlaces”, camadas, memórias e esquecimentos. Para mais, como elencado pelos autores, usar também desses “tempos” e seus enlaçamentos no processo de construção de cronologias e objetos úteis para a pesquisa histórica.

Em sequência, os capítulos três e quatro, intitulados respectivamente de *O esperado aconteceu: o golpe* e *Encontro marcado: o 8 de janeiro de 2023*, prescrevem o período de coalização eleitoral e instabilidade política representado por Jair Messias Bolsonaro – e a ala da direita e extrema direita – e Luiz Inácio Lula da Silva – com uma frente ampla em defesa da democracia. Nesse cenário, porfiam como o primeiro e o segundo turno das eleições presidenciais brasileiras foram marcados pelo conflituoso diálogo entre ideologias conservadoras “versus” ideais progressistas. E como a data de 30/10/2023, após a vitória de Lula sobre o Presidente em função, ganha força entre os bolsonaristas a “alternativa antidemocrática” de anular as eleições a partir de um golpe de Estado. Assim, os capítulos ensinam eventos que precederam e sucederam o 08/01/2023.

Ambos os capítulos argumentam também de que forma os atos de violência perpetrados após a sucessão presidencial foram orquestrados também por funcionários civis e militares do próprio sistema de segurança do Estado brasileiro (Gabinete de Segurança Institucional/GSI), e como esses sistemas encarregados de prever, gerir e reprimir ameaças conspiraram contra a democracia que deveriam salvaguardar.

O capítulo cinco – *As bases sociais do bolsofascismo* – apresenta os segmentos da sociedade mobilizados e atuantes na semiótica bolsonarista. Em especial, grupos sociais das camadas média e baixa urbana de cidades do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Tropas de “segurança pública” como policiais militares, policiais civis, bombeiros e guardas penitenciários, categoriais sociais como caminhoneiros, taxistas, lojistas e pequenos empresários. Ademais, setores mais poderosos da economia, como agricultores e pecuaristas ligados a grandes produções agrícolas, de frigorificação e exportação, setores do crime organizado e demais grupos e subgrupos, que movidos por benesses e compartilhamentos ideológicos configuram os pilares do “bolsofascismo”.

A “falha”: *confiança quebrada!* e *Um janeiro estilhaçado* (capítulos seis e sete) mostram como o recém-empossado governo Lula, sem tempo necessário para substituir o corpo dos órgãos de segurança e inteligência ainda amplamente povoados por bolsonaristas, acabou sendo afetado pela negligência destes no fatídico dia 8. Além de “falhar” na segurança a qual foram delegados, essas forças ainda prestaram assistência e defesa aos “acampamentos patrióticos”, locais onde a insurreição foi pensada, divulgada e orquestrada; esse modo, fica claro que, alguém permitiu – ou facilitou – a entrada no Palácio do Planalto aos extremistas. Em consequência disso, após a tentativa de golpe e o início das investigações, vêm à tona preposições já imaginadas: o movimento não ocorreu de forma espontânea, houve mobilizações prévias, apoios de seguimentos públicos e privados, além da evasão de forças de segurança de suas funções básicas no Distrito Federal. Para Silva e Schurster, fica claro, também, como deputados, senadores, emissoras de rádio e televisão incentivaram os invasores à desordem.

Concomitantemente, no segmento oito do livro, nomeado de *Intervenção Militar ou ruptura com a tradição?*, são ponderadas as medidas do governo perante o golpe de Estado, elencando que, mesmo em meio a tumultos e ameaças, o presidente Lula optou por uma “Intervenção Federal” e o não uso do Instituto de Garantia da Lei e da Ordem/GLO, por entender o alto risco de inserir no seu governo uma “tutela militar”. De tal modo, é expresso como o atual Ministro da Justiça, Flávio Dino, descartou solucionar a problemática recorrendo à força militar (utilizada em governos anteriores), engrenando, assim, uma “intervenção civil” contra o bolsonarismo, prática esta sendo o oposto do que os depredadores e seus financiadores almejavam. De tal modo, de acordo com os autores, tal medida acaba por romper com a tradição de tutela militar sobre a República.

08 DE JANEIRO DE 2023: AS DIMENSÕES DE UMA INSURREIÇÃO FASCISTA À
BRASILEIRA
SOUZA, J. O.

A ideia de conluio – sedição das agências de inteligência e segurança do governo perante a insurreição do 08/01 – voltam a ser discutidas em *Brasília ocupada: o fascismo em marcha!* e *Insurreição, golpe de Estado, terror e sedição*, nesses capítulos (nove e dez, respectivamente), os autores investigam como essa “falha” da Agência Brasileira de Inteligência/Abin e do CSI são resultas de uma organização de movimentos “bolsofascistas”, bem como da ascensão da extrema-direita em nível global. Além disso, caracterizam o perfil fascistizado da polícia brasileira aos moldes bolsonaristas, evidenciando que, a falha que ocasionou a tentativa de golpe não foi apenas das agências de inteligência, mas da decorrência de uma “falha teórica” em assimilar que o fascismo brasileiro não se findou, muito menos se enfraqueceu após a derrota de Jair Bolsonaro; pelo contrário, ele se aprofundou e se enfureceu com a volta de Lula à presidência. Para mais, os autores ressaltam que as conspirações, destruições de obras de arte, depredações do patrimônio público, de prédios e documentos históricos são apenas reflexos do caráter negacionista, regressista e revisionista do bolsonarismo.

Lula fala sobre o perigo compõe o capítulo onze da obra; nele, os autores dissertam que o presidente Lula, após digerir a radicalização da massa bolsonarista, se pronuncia sobre o evento nomeando-o de o golpe “fracassado”, que, tendo ou não a ordem direta de Jair Bolsonaro, ele é cunhado como culpado, por disseminar durante seu governo esse tipo de discurso de ódio. Para mais, foram definidas as acusações as quais os perpetradores envolvidos no ato se enquadraram, sendo estas: Danos ao patrimônio público; Crimes contra o patrimônio cultural; Associação criminosa; Abolição violenta do Estado Democrático de Direito e Golpe de Estado. Para além da materialidade das acusações e suas punições, o capítulo apresenta a conceituação das terminologias: “Sedição”; “Golpe de Estado”; “Putsch”; “Insurreição” e “Terrorismo”, evidenciando que, sob qualquer aspecto, os pormenores do dia 08 de janeiro se enquadram por atos violentos e descumprimento da lei.

Adiante, em *Militares e a República: entre o braço forte e a mão amiga!* e *O retorno de “1964”: a utopia reacionária* – capítulos doze e treze – Francisco Carlos Teixeira e Karl Schurster ensejam evocar a extensão do bolsonarismo e suas relações com os militares. Nessa premissa, eles discorrem a respeito de como ao longo da construção política e histórica brasileira os militares buscaram perpetrar seu poder e tutela militar, com raízes no Império, se perpetuando na consolidação da República, em movimentos como Tenentismo, na formação da Ação Integralista Brasileira/AIB, nas coalizações que permearam o Impeachment de Dilma, até na prisão de Lula e demais ensejos, estes acabaram por gerir no pensamento massificado suas versões da História.

Versões essas que trazem à tona revisionismos reacionários, como o retorno da relativização do Golpe de 1964 por Bolsonaro e pelas alas militares brasileiras, obrigando não só vítimas e familiares desse contexto a reviverem traumas, mas também aos historiadores a rebaterem negacionismos rasos e informações falsas. Destarte, o governo atual permanecerá em vigília e combate constante decorrente dessa crise militar brasileira, encenada na fratura da confiança entre Forças Armadas e Governo da República.

Em seguida, o capítulo quatorze *Os golpes de Estado de Jair Messias Bolsonaro* porfia as dimensões patriarcais, racistas, autoritárias e excludentes do bolsonarismo, e, como antes do golpe fracassado, Bolsonaro já havia atentado conta a democracia através de doações ilegais, gastos espantosos na candidatura e uso das máquinas do governo para coagir massas através da truculência policial e demais performances ilegais. Além destas, de forma direta, o ex-presidente atentou contra a Constituição Federal em 7 de setembro de 2021, quando deslegitimou as decisões do Supremo Tribunal Federal/STF; em 30 de outubro de 2022, quando propôs enquadrar a Justiça Eleitoral como fraudulenta; e, por fim, a tentativa de golpe aqui analisada, a insurreição fascista do 08 de janeiro de 2023 na Capital Federal.

No último e concluinte capítulo, *Conclusões Provisórias: O retorno da Insurreição Fascista*, Francisco Carlos Teixeira e Karl Schurster enquadram o 08/01/2023, em Brasília, como

08 DE JANEIRO DE 2023: AS DIMENSÕES DE UMA INSURREIÇÃO FASCISTA À
BRASILEIRA
SOUZA, J. O.

uma nova faceta das forças violentas e antidemocráticas da Extrema-Direita. Delimitam, do mesmo modo, que insurreições como essas ocorrem em vários países desde findo os fascismos históricos do século XX, pois elas continuam buscando novas ressurgências em prol da desestabilização de governos de cunho democrático. Portanto, insurreições inspiradas na Marcha sobre Roma (1922), no Putsch da Cervejaria de Munique (1923), na Marcha sobre Berlim (1933), na Invasão do Capitólio nos Estados Unidos (2021), dentre outras, evidenciam as tentativas sistêmicas de retomada de poder desses grupos fascizantes.

Em suma, após o detalhamento do conteúdo abordado em *Como (não) fazer um golpe de estado no Brasil: uma história interna do 8 de janeiro de 2023*, faz-se necessário denotar que, mesmo sendo uma obra consideravelmente curta – 145 páginas – ela abarca de forma pontual e completa a temática a qual propõe esmiuçar. Proporcionando ao leitor entender raízes, estruturas, bases sociais, históricas e políticas da Extrema-direita brasileira e de seus atos no Tempo Presente. Tal qual, promove a quem lê, a reflexão de que grande parcela do povo brasileiro desejou o bolsonarismo, haja vista os 49,10% destinados a ele nas urnas em 30 de outubro de 2022. Votos estes, que almejavam – assim como em 2018 – continuar dando espaço e voz ao que os autores denotam como velhos preconceitos, visões errôneas e deturpadas da História, sendo estas não a causa, mas a consequência de uma sociedade que não lida bem com alteridades.

Posto isso, o livro perfaz sua relevância em decorrência das demandas teóricas, políticas e sociais do tema para a atualidade. Levantando as considerações de que, assim como nos casos dos fascismos históricos, os fascismos hoje denotam a necessidade de uma desfascistização profunda da sociedade e suas estruturas, desde ao afastamento de líderes e demais financiadores desses sistemas, a dissolução do culto ao militarismo e a noção deturpada de superioridade dos militares, a necessária culpabilização de instituições perpetradoras e a árdua tarefa de desfascistizar as mentalidades da massa. Dessarte, devemos entender e defrontar o bolsonarismo e sua necropolítica que obscureceram e continuam a obscurecer a história política brasileira.

Notas

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal de Sergipe (PROHIS/UFS). Email: janaoliva@academico.ufs.br

Referência bibliográfica

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SCHURSTER, Karl. **Como (não) fazer um golpe de estado no Brasil: uma história interna do 8 de janeiro de 2023**. 1. ed. Recife, PE: Editora Universidade de Pernambuco, 2023.